

b) No comandante da Esquadra de Administração e Intendência, MAJ/ADMAER 092849-G, Nuno Alexandre Cruz dos Santos — € 12 500;
c) No comandante da Esquadilha de Administração Financeira, TEN/ADMAER 134652-A, Paulo Manuel Vilas Boas Morais — € 5000.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 10 de Outubro de 2008, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelas entidades referidas nos números anteriores, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

13 de Novembro de 2008. — O Comandante, *José Alberto Figueiro da Mata*, COR/PILAV.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 28278/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2008, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a MD. Zahedul Haque, natural de Chandpur, República Popular de Bangladesh, de nacionalidade bengali, nascido a 08/10/1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

19 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 28279/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rosane Dias dos Santos, natural de Itamarí, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida a 12/07/1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 28280/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria do Rosário Paiva Pereira, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 07/10/1973, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

19 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 30564/2008

Nomeação

Considerando a publicação no *Diário da República*, 2.ª Série n.º 51, de 12 de Março de 2008, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE200803/0141 e no Jornal Correio da Manhã de 14 de Março de 2008, a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de Chefe de Divisão de Coordenação, Gestão e Administração de Recursos Humanos, unidade orgânica flexível da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, cuja área de actuação está prevista no ponto 1.2.1 do Despacho n.º 11650/2007, de 22 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 113, de 14

de Junho, e alíneas a) a z) do artigo 2.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e Lei Orgânica prevista no Dec. RegulamentaFr n.º 50/2007, de 27 de Abril;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri “elabora a proposta de nomeação, com a indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos”;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a da licenciada Maria José da Conceição Carvalho Folque de Gouveia, cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados, sendo aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que revela variedade e profundidade de experiência profissional ao nível do cargo a prover;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, “os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo”;

Considerando por último que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada;

Nomeio, com efeitos a 01 de Dezembro de 2008, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe de Divisão de Coordenação, Gestão e Administração de Recursos Humanos, da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, a licenciada Maria José da Conceição Carvalho Folque de Gouveia, técnica superior principal, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

17 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

Nome: Maria José da Conceição Carvalho Folque de Gouveia
Data de nascimento: 8 de Agosto de 1962
Naturalidade: Colares, Sintra
Resumo Profissional

Desde Setembro 2008 — Chefe de Divisão de Aquisição e Alienação do Património Imobiliário do Departamento do Património Imobiliário da Câmara Municipal de Lisboa.

De Setembro 2007 a Setembro 2008 — Assessora no Gabinete de Apoio Pessoal do Vereador com os pelouros dos Recursos Humanos, Finanças, Património e Serviços Centrais.

De Janeiro 2006 a Agosto 2007 — Assessora do Director Municipal de Recursos Humanos da CML.

De Dezembro 2002 a Janeiro 2006 — Coordenadora do Gabinete do Director Municipal de Recursos Humanos da CML. Parte do grupo de trabalho que estudou e criou os Serviços Sociais da CML.

De 1989 a 2002 — Técnica superior jurista na Divisão de Cadastro e Administração do Departamento de Património da direcção Municipal de Finanças e Património da CML. Categoria actual: Técnica Superior (Jurista) Principal na Câmara Municipal de Lisboa.

Qualificações académicas

Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Março 2004.

Licenciatura em Direito, ramo Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Formação profissional mais relevante

Gestão dos Serviços Sociais, 150 horas, pelo INA, 2003
Contencioso Administrativo, 30 horas, pelo INA, 2004
SIADAP — Operacionalização do SIADAP (para avaliadores), 21 horas, pelo INA, 2008

Despacho n.º 30565/2008

Nomeação

Considerando a publicação no *Diário da República*, 2.ª Série n.º 51, de 12 de Março de 2008, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE200803/0135 e no Jornal Correio da Manhã de 14 de

Março de 2008, a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de Chefe de Divisão de Serviços Jurídicos e de Contencioso, unidade orgânica flexível, cuja área de actuação está prevista no ponto 1.6.1. do Despacho n.º 11 650/2007, de 22 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 113, de 14 de Junho, e alíneas a) a o) do artigo 6.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e Lei Orgânica prevista no Dec. Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri “elabora a proposta de nomeação, com a indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos”;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a do licenciado Américo Alcides Albuquerque Vaz, cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados, sendo aquele que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que evidencia variedade e profundidade de experiência profissional na área de actividade do procedimento concursal;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, “os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo”;

Considerando por último que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada;

Nomeio, com efeitos a 30 de Outubro de 2008, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe de Divisão de Serviços Jurídicos e de Contencioso, da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, o licenciado Américo Alcides Albuquerque Vaz, assessor jurídico principal, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

17 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Américo Alcides Albuquerque Vaz
Data de nascimento: 1952.10.26
Naturalidade: Azurara — Mangualde

Habilitações académicas:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, 1982;
Pós-graduação em Ciências Político-Administrativas pela Faculdade de Direito de Lisboa, 1996.

Experiência profissional:

Chefe de Divisão de Serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, em substituição, desde 1 Janeiro de 2008;

Assessor Jurídico Principal da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça, 2004;

Chefe da Divisão de Apoio à Gestão do Instituto de Reinserção Social, 2002;

Assessor do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, 2001;

Assessor Jurídico da Provedor de Justiça, para as áreas de organização e função pública, 1996;

Assessor do Gabinete da Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa, 1994;

Consultor Jurídico do Instituto de Promoção do Investimento em Macau, 1991;

Secretário do Conselho Superior de Medicina Legal, 1988;

Técnico Superior da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 1982.

Áreas de formação profissional:

Contencioso administrativo, contratação pública, modernização administrativa, comunicação nas organizações, gestão de conflitos, medicina legal e reinserção social.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 30566/2008

Por meu despacho de 28 de Outubro de 2008 — Jorge Manuel Gonçalves Gomes, técnico-profissional principal da carreira de técnico profissional, do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicodpendência IP, nomeado, por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, da carreira de consultor jurídico, para lugar vago do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, na sequência de reclassificação profissional, nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei 497/99, de 11 de Setembro, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da data de aceitação.

Não carece de fiscalização prévia.

12 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 30567/2008

Por meu despacho de 3 de Novembro de 2008 e obtida a anuência da secretária-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

Rui Manuel Cardoso Gonçalves, técnico profissional de meios audiovisuais especialista, escalão 4, índice 316 — reinicia funções, por tempo indeterminado, mediante transferência para o quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, para o mesmo escalão e índice da categoria de técnico-profissional especialista, da carreira de técnico-profissional, nos termos do artigo 33.º e seguintes da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 15 de Outubro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

13 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 30568/2008

Por meu despacho de 13 de Novembro de 2008:

Agostinho Manuel Patrício Martins Veiga, técnico de informática de grau 1, nível 2, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral — nomeado por tempo indeterminado, precedendo concurso, na categoria de técnico de informática grau 2, nível 1, escalão 1, índice 470, da mesma carreira, ficando exonerado do lugar anteriormente ocupado com efeitos à data de aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

13 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 30569/2008

Por despacho de 30 de Setembro de 2008, da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Sr.ª Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva do Sr. Dr. Carlos Alberto Correia Azevedo, na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe da carreira Técnica Superior, precedendo reclassificação profissional, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com efeitos a 30 de Setembro de 2008.

12 de Novembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Isabel Azevedo*.

Despacho n.º 30570/2008

Por despacho de 30 de Setembro de 2008, da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Sr.ª Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território